

Política, sim; pacote, não

Muitos se queixam do “economês”; seria melhor que denunciassem, antes, o uso e o abuso da linguagem comum e vulgar empregada para descrever e caracterizar os fenômenos econômicos, com a qual se escamoteiam os problemas reais. Um novo *pacote* está anunciado para os próximos dias. A palavra *pacote* é certamente muito imprópria, pois, embora possa designar algo pesado (teríamos de recorrer à psicanálise para explicar a vontade das autoridades de amedrontar), lembra também algo embrulhado às pressas e sem maiores cuidados. Hoje, depois de tantos embrulhos e pacotes, o Brasil tem necessidade de uma política econômica coerente, racional e capaz de granjear certo consenso, visto que os sacrifícios devem ser equitativamente distribuídos.

A gravidade da situação econômica a que se chegou teve pelo menos uma vantagem: permitir descobrir os erros cometidos e, assim, abrir o caminho para os corrigir. Durante anos, edificou-se no País uma economia superficial, em que a necessária poupança — que procede de uma renúncia temporária ao consumo — era substituída por empréstimos externos (insensatamente chamada de “poupança externa” e que deve ser reembolsada por meio de uma dolorosa transferência de renda para o Exterior). Ao optar por “fazer tudo” ao mesmo tempo, até mesmo com investimentos totalmente inúteis, aceitou-se o financiamento dos projetos por um sistema complexo de subsídios e subvenções que eram financiados não mediante recursos orçamentários, mas por uma inflação crescente, engendrada pelo crescimento da base monetária.

Agora que soou a hora da verdade, verifica-se não ser tudo tão fácil como se supunha no passado, quando se julgava que o Brasil havia descoberto a panaceia universal: conviver com a in-

flação graças à correção monetária. É a verdade que urge enfrentar, mas com desassombro, evitando este prolongamento da agonia que caracteriza o nosso tão querido gradualismo. É preciso, de uma vez por todas, acabar com os subsídios que não são financiados por receitas orçamentárias. Não, evidentemente, acabar com os subsídios dados à agricultura, por exemplo, mas com estes subsídios ilusórios que são financiados pela emissão monetária.

Ao que parece, o governo está decidido (tomará a decisão hoje?) a extinguir os subsídios que dá ao petróleo importado, a fim de arrumar, de uma vez por todas, esta “conta-petróleo” que há um ano atrás se havia declarado “zerada”. O governo pretende acabar definitivamente com os subsídios proporcionados ao trigo, que só concorreram para incrementar o consumo de um produto importado que, em outros tempos, nem fazia parte do cardápio brasileiro. A revisão dos subsídios dados à agricultura torna-se imperiosa, pois as correspondentes taxas de juro foram previstas quando se sonhava com a inflação de 70%, a que poderá suceder uma inflação de mais de 140%...

Deve-se compreender que, com a redução dos subsídios, produz-se-á um primeiro efeito inflacionário, certamente bem violento, e que a Nação precisa estar preparada para isso. Se o efeito não perdurar, isto é, se depois do ajuste forem realmente eliminadas as causas da inflação, o resultado será ótimo. Convém lembrar, entretanto, que a redução dos subsídios precisa ter como contrapartida uma disponibilidade maior de recursos não-inflacionários (superávit do orçamento federal), que deveriam destinar-se ao fomento dos investimentos, privados e públicos, os primeiros por meio de financiamentos dos organismos oficiais.

Só podemos louvar o propósito go-

vernamental de reduzir o déficit das empresas estatais quanto às despesas correntes, objetivo que, aliás, até agora parecia não interessar muito ao governo. Quanto aos investimentos das empresas estatais, esperamos que não se cogite de efetuar cortes lineares, mas, ao contrário, que se cortem os investimentos inúteis em benefício de outros. Austeridade não significa recessão.

Para que essa nova política frutifique plenamente, será imprescindível arrostar com coragem a questão da desindexação. Temos de convencer-nos de que o regime de correção monetária, numa inflação como esta, torna-se insuportável. Aliás, os reajustes dos empréstimos do Sistema Financeiro Habitacional o comprovam neste momento. É claro que não se resolve o problema desindexando apenas um segmento da economia. Deve-se promover a desindexação geral — com exceção, temporária, para a taxa cambial... Esperamos que o governo tenha coragem bastante para não limitar a desindexação aos salários. É imperioso que atinja os rendeiros e os portadores de títulos da dívida interna. Naturalmente, isso teria de ser acompanhado de uma queda real da taxa de juro, que é a condição *sine qua* do reerguimento da economia nacional.

As medidas drásticas que a situação exige não podem ser tomadas por meio de um simples ucasse do governo. Tampouco se poderia admitir que, recorrendo a novos artifícios, o governo procedesse a uma desindexação *de facto*. É necessário que o governo fale claramente à Nação, que abra um debate, embora este tenha de ser breve, em razão da urgência. Hoje, mais do que nunca, é necessária uma economia de guerra, mas de uma guerra que será preciso travar contra a recessão, o esbanjamento e a injustiça. Não é de um *pacote* para agradar o FMI que o Brasil precisa.